

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Limonada bolsonarista

A se confirmar ainda hoje a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por causa da reunião com os embaixadores para colocar em dúvida o processo eleitoral, a ideia de seus aliados é partir para as redes sociais com a seguinte mensagem: "Não roubou, não matou".

Tem precedente

No ano 2000, o então senador José Roberto Arruda foi cassado por violar o painel eletrônico do Senado Federal, logo depois do então senador Luiz Estevão perder o mandato por causa das denúncias do TRT de São Paulo. Arruda, à época, percorreu o Distrito Federal dizendo que não havia roubado nem matado ninguém. Deu certo.

Ideias em estudo

A proposta do economista José Roberto Afonso de premiar empresários que contratam com carteira assinada animou parte do PT. Alguns deputados vão estudar o tema. José Roberto mencionou essa sugestão no seminário sobre reforma tributária e indústria, promovido pelo **Correio Braziliense** e o Conselho Nacional do Sesi. Antes de levantar essa discussão, porém, os petistas querem concluir a votação do arcabouço fiscal, que voltará à Câmara.

A luta continua

A manutenção dos juros em 13,75% pelo Conselho de Política Monetária (Copom), sem sinalizar para uma revisão na próxima reunião, frustrou os petistas. Eles esperavam redução. Mas, a contar pelo que dizem os técnicos do Banco Central, é preciso esperar um cenário melhor da queda da inflação, cujas projeções ainda estão cima da meta. O governo, porém, continuará com o discurso de que o BC exagera na dose.

A cada dia a sua aflição

Mal o governo comemorou a aprovação de Cristiano Zanin para ministro do Supremo Tribunal Federal, os políticos já faziam suas apostas para a próxima vaga, que surgirá em breve, com a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Para essa cadeira, todos que agora votaram e trabalharam por Zanin vão se dividir. Dois deles, aliás, estiveram no Congresso: o ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell e o presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas.

O grupo do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, apostará no ministro Luiz Salomão, do STJ. O MDB prefere Bruno Dantas, enquanto uma parte do PT apostará em Campbell. O grupo Prerrogativas tem como principal candidato Manoel Carlos de Almeida Neto, e a bancada feminina pressionará para que Lula substitua Rosa Weber por uma jurista. No Planalto, a ideia é esperar arrefecer as pressões. Afinal, quem tem tempo não tem pressa.



CURTIDAS

Divulgação/Câmara dos Deputados



As cores de Sabino/ O quase ministro do Turismo, Celso Sabino (foto), foi à festa de aniversário dos deputados Jilmar Tatto (SP) e Odair Cunha (MG), ambos do PT, de camisa... vermelha. Está, como se diz por aí, BFF (best friend forever) dos petistas. Deve ser nomeado ministro do Turismo assim que Lula voltar da Europa.

Por enquanto, é só/ Os parlamentares do PT têm dito que esta será a única mudança no primeiro escalão de Lula neste primeiro semestre de seu terceiro governo. Outras podem até surgir mais à frente.

Internet em debate/ A Associação Brasileira de Internet (Abranet) e o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) promovem hoje no B Hotel, em Brasília, o III Congresso Brasileiro de Internet, para discutir o uso social das tecnologias e a regulamentação das redes.

O foco do dia/ A política hoje estará voltada para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o julgamento que pode deixar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível por oito anos e virar totalmente o jogo para 2026.

JUDICIÁRIO

TSE define futuro de Bolsonaro

Ex-presidente será julgado por reunir embaixadores, no ano passado, para atacar sem provas o processo eleitoral do país

» LUANA PATRIOLINO
» RENATO SOUZA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia, na manhã de hoje, o julgamento que poderá tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos. A ação, protocolada pelo PDT, aponta abuso de poder político e econômico na reunião organizada pelo então chefe do Executivo, em julho do ano passado, em que ele acusou, sem provas, o processo eleitoral brasileiro de fraude.

O relator da ação é o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves. A sessão será iniciada com a leitura do relatório e, depois, serão ouvidos os advogados de defesa e a promotora. Após o voto do ministro, caberá aos demais integrantes do TSE segui-lo ou abrir divergência. Os magistrados também poderão pedir vista, ou seja, mais tempo para analisar os autos.

Se for considerado culpado, Jair Bolsonaro deve ser

declarado inelegível, ou seja, fica impedido de disputar qualquer cargo eletivo. A expectativa na Corte é que a discussão seja concluída ainda neste mês, antes do início do recesso no Judiciário. A sessão de hoje deve ser dedicada à leitura do relatório, e o julgamento deve se estender para os dias 27 e 29 de junho.

No encontro com os embaixadores, em julho de 2022, no Palácio da Alvorada, o ex-presidente questionou a segurança do sistema eleitoral e apontou risco de fraude nas eleições, sem apresentar provas. Segundo a acusação, ele usou indevidamente os meios de comunicação da TV Brasil, uma emissora pública, para transmitir a reunião e proferir os ataques.

A Procuradoria Geral-Eleitoral (PGE) se manifestou pela inelegibilidade de Bolsonaro e pela absolvição do candidato a vice na chapa governista, general Braga Netto. Segundo o órgão, as falas geraram "graves consequências" para a aceitação das eleições,

Clauber Caetano/PR/AFP



Na reunião com diplomatas, Bolsonaro atacou a lisura das eleições. Agora, pode perder o direito de se candidatar

"evidentemente capazes de afetar a confiança de parcela da população" nas urnas eletrônicas.

Na manhã de ontem, Bolsonaro contrariou a orientação de sua defesa e fez uma visita ao Senado.

Ele esteve no gabinete do filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e conversou com outros parlamentares,

entre eles, os deputados André Fernandes (PL-CE), Filipe Barros (PL-PR) e Bia Kicis (PL-DF).

Denúncia "frágil"

A jornalista, o ex-presidente disse esperar que o ministro Benedito Gonçalves, relator do caso na Corte, "mude o seu voto". Apesar das declarações de Bolsonaro, o voto do magistrado não foi revelado ao público.

Na noite de ontem, em entrevista à CNN, o ex-chefe do Executivo chamou o processo de "frágil" e disse que não vê motivo para ficar inelegível se for considerada a decisão do TSE no julgamento de abuso de poder político da chapa Dilma-Temer, concluído em 2017.

O ex-presidente não acompanhará seu próprio julgamento em Brasília. Ele desembarca em Porto Alegre (RS), hoje, por volta das 11h30, para participar da 23ª edição da Transposul, congresso de transporte e logística na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Os autores Salomão, Fernandes e Marques com a ministra Maria Thereza

Trio de ministros lança coletânea no STJ

» ÁNDREA MALCHER

Em homenagem aos 15 anos da posse dos ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi lançado, ontem, o livro *Direito Federal Brasileiro*, uma coletânea de artigos assinados por 65 juristas, incluindo ministros do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF). O lançamento foi prestigiado pelos ministros do Supremo Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Gilmar Mendes e

Luis Roberto Barroso.

A presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura, destacou que a escolha de comemorar o marco com o lançamento da coletânea "demonstra a importância dos três (autores)" para aquele que é considerado o Tribunal da Cidadania, aspecto destacado pelos homenageados.

"Em um único processo, nós podemos resolver a vida de centenas de milhares de pessoas, com a criação de teses que vão ser seguidas e multiplicadas depois, criando uma jurisprudência. Nesse

momento, é que podemos perceber o quanto é gratificante a nossa missão. Nós podemos perceber que conseguimos, em certa medida, mudar o mundo que está à nossa volta, que é uma característica da jurisprudência de um Tribunal da Cidadania, como é o STJ", disse Luis Felipe Salomão, que já relatou processos como os do casamento civil homoafetivo (2011), da obsolescência programada (2012) e do direito ao esquecimento (2013).

Campbell Marques, que relatou no STJ os julgamentos da

corresponsabilização por dívidas não tributárias (2014) e da participação em licitação de empresa em recuperação judicial destacou que "com um simples julgamento, você consegue atingir um número extraordinário de pessoas, transformando a humanidade para melhor, fomentando a paz social, apaziguando o Brasil".

Og Fernandes, que ocupa a vice-presidência da Corte e é corregedor-Geral da Justiça Federal, ressaltou a amizade com os ministros, empossados no mesmo dia, há 15 anos.